

G de quantos?

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Grupo dos 7+1, G-14 ou G-20? Em meio à proliferação de Gs para a indefinição quanto aos papéis que terão no futuro os foros de chefes de Estado das maiores economias mundiais. Existem ideias contrastantes em relação às configurações desejáveis. Enquanto a economia mundial estava em expansão, a participação de um grupo de economias desenvolvidas de maior porte em tais cúpulas funcionou a contento. Com o sistema financeiro internacional em crise, houve espaço para a ampliação do número de países envolvidos. Isso decorreu do reconhecimento da natureza global da crise e também da importância das economias emergentes - especialmente da China - tanto como parceiros comerciais quanto como detentoras de ativos em moedas de economias centrais com credibilidade abalada.

O lançamento do G-6, em 1975 -, que logo se transformaria em G-7 com a inclusão do Canadá e, bem depois, em G-7+1, com a inclusão capenga da Rússia, em 1997 - resultou de diagnóstico crítico sobre a eficácia de organizações com representação universal, especialmente das Nações Unidas. Enquanto o grupo incluía apenas economias desenvolvidas, a questão de representatividade não assumiu grande importância, embora houvesse claramente um supergrupo composto por Estados Unidos, Alemanha e Japão, um subgrupo inercial, incluindo o Reino Unido, a França e a Itália, além da curiosa inclusão do Canadá, na categoria de supervizinho.

A pergunta crucial a responder atualmente é quais países deveriam estar representados nas cúpulas futuras, tendo em conta critérios que assegurem eficácia e, ao mesmo tempo, representação adequada dos interesses do numeroso grupo de economias em desenvolvimento - G-90, sucessor do G-66 - por um grupo reduzido de economias emergentes.

A ampliação da representação de países nas cúpulas de chefes de Estado assumiu dois formatos na crise. Um deles foi a adição, ao G-7+1, do G-5, grupo das cinco maiores economias em desenvolvimento, com alguma acomodação regional: Brasil, China e Índia, completando o Bric; África do Sul, para assegurar a representação africana; e o México, na categoria de subvizinho dos Estados Unidos. A atuação desses países tem sido restrita a tópicos específicos, definidos discricionariamente pelos membros permanentes do grupo. Com base na história parcimoniosa de expansão do escopo do G-7+1, tem ganhado força a ideia de constituir um G-14, que resultaria da soma do G-7+1, do G-5 e do Egito.

O outro formato de ampliação da representatividade das cúpulas foi o G-20, que usou como plataforma um foro preexistente de cooperação e consulta quanto a assuntos relacionados ao sistema financeiro internacional, já constituído desde o final da década de 1990, que reunia ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais. O grupo

inclui, além de todas as economias do G-14, à exceção do Egito, a Argentina, a Arábia Saudita, a Austrália, a Coreia do Sul, a Indonésia e a Turquia.

O Brasil tem enfatizado a sua preferência pelo G-20 - que melhor atenderia à defesa dos interesses nacionais - e reiterado a crença no óbito do G-7+1. A estridente declaração de morte do G-7+1 deve ser lançada à conta das bravatas que têm marcado declarações presidenciais e ministeriais recentes sobre política externa, ao arrepio da tradição cautelosa do Itamaraty. Quem, em sã consciência, duvida de que o que pode acontecer de relevante em cúpulas globais de chefes de Estado decorre da agenda dos grandes protagonistas - talvez três; talvez, agora, quatro, com a China; ou talvez mesmo apenas Estados Unidos e China? O cadáver do G-7+1 parece bastante vivo, quaisquer que sejam as comemorações em Brasília. É claro que cabe ao Brasil tentar explorar da melhor forma possível o aumento do modesto espaço de manobra disponível para fazer vingar propostas que melhor representem os interesses nacionais. Mas braggadocio não contribui para aumentar o espaço de manobra, e talvez o diminua. Há muito espaço para posições intermediárias entre ser vira-lata ou simplesmente basbaque. A prevalecer o formato G-20, há ainda a computar os custos colaterais associados à reformatação do G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, por refletir coalizão entre economias emergentes, terá de ser rebatizado em nome da diferenciação em relação ao seu homônimo mais nutrido.

Críticas ao G-14, talvez indevidamente centradas no histórico de negociações no âmbito estritamente financeiro e, portanto, sem levar em conta a transformação do grupo em foro de chefes de Estado, ressaltam que África do Sul, Egito e México têm demonstrado "pouca capacidade de atuar de forma independente". Mas não é claro se esse juízo se sustentaria se a agenda fosse mais geral do que a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), especialmente em relação à África do Sul.

O que justificaria o entusiasmo de Brasília pelo G-20? Tem sido alegado que a Argentina é a "aliada mais próxima" do Brasil. De novo, parece haver confusão entre a negociação estritamente financeira e o papel de uma cúpula permanente de chefes de Estado. Nas negociações financeiras no FMI, o Brasil foi aliado da Argentina, em geral de forma onerosa, em vista do contraste entre a situação macroeconômica dos dois países em meio à crise. Se o G-20 se consolidar como foro global permanente, provavelmente emergirão as dificuldades usuais quando se trata de a Argentina aceitar o Brasil como representante incontestado da América do Sul nos foros internacionais. Talvez o G-20 seja, afinal, o formato preferível. Mas não deve haver ilusões, é um caminho cheio de dificuldades.

***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**